

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 15 de fevereiro de 2012

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

ATIVO	31.12.2011	31.12.2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2011	31.12.2010
CIRCULANTE	6.108	9.472	CIRCULANTE	25.245	24.998
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	11	12	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 12c).....	87	15
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 6).....	5.825	5.345	Dividendos a Pagar (Nota 8d).....	25.133	24.901
Dividendos a Receber (Nota 11).....	225	176	Outras Obrigações.....	25	82
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12b).....	47	3.939	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	279.156	254.974
NÃO CIRCULANTE	298.293	270.500	Capital Social:		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.326	27	- De Domiciliados no País (Nota 8a).....	167.000	167.000
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12b).....	4.326	27	Reservas de Lucros (Nota 8c).....	112.156	87.974
INVESTIMENTOS (Nota 7b)	293.967	270.473	TOTAL	304.401	279.972
TOTAL	304.401	279.972			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
RECEITAS OPERACIONAIS	24.779	20.126
Receitas Financeiras (Nota 9).....	1.060	16.658
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7b).....	23.719	3.463
Outras Receitas Operacionais.....	-	5
DESPESAS OPERACIONAIS	113	231
Despesas Tributárias.....	1	1
Despesas Financeiras.....	-	70
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10).....	112	160
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	24.666	19.895
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	(253)	(5.591)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24.413	14.304
Média ponderada de ações atribuídas aos acionistas.....	41.998.035	32.176.492
Lucro básico por ação ordinária (expresso em R\$ por ação).....	0,58	0,44

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	24.666	19.895
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos.....	(24.174)	(3.404)
Reversão de Provisões.....	-	(5)
Resultado de Participações em Coligadas.....	(23.719)	(3.463)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas.....	(455)	64
Lucro Líquido Ajustado	492	16.491
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação.....	(524)	(5.192)
Aumento/(Redução) em Empréstimos e Adiantamentos à Instituições de Crédito.....	-	203.935
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	(46)	(3.968)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(43)	7
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	-	(5.726)
Imposto de Renda e Contribuição Social Compensados.....	(56)	(4.154)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(177)	201.358
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Investimentos.....	-	(267.185)
Dividendos Recebidos.....	176	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	176	(267.185)
Fluxo de caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital Social.....	-	65.000
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	65.000
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1)	(827)
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	12	839
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	11	12
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(1)	(827)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldo em 31.12.2009	102.000	9.366	77.893	-	189.259
Aumento do Capital Social por Subscrição.....	65.000	-	-	-	65.000
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	14.304	14.304
Destinações: - Reservas.....	-	715	-	(715)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,36 por lote de mil ações).....	-	-	-	(13.589)	(13.589)
Saldo em 31.12.2010	167.000	10.081	77.893	-	254.974
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	24.413	24.413
Destinações: - Reservas.....	-	1.221	22.961	(24.182)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,32 por lote de mil ações).....	-	-	-	(231)	(231)
Saldo em 31.12.2011	167.000	11.302	100.854	-	279.156

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2011	%	2010	%
1 - RECEITAS	-	-	5	-
1.1) Outras Receitas.....	-	-	5	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(74)	(0,3)	(195)	(1,0)
Serviços de Terceiros.....	(74)	(0,3)	(17)	(0,1)
Outros.....	-	-	(178)	(0,9)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(74)	(0,3)	(190)	(1,0)
4 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-	-	-	-
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(74)	(0,3)	(190)	(1,0)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	24.779	100,3	20.121	101,0
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	23.719	96,0	3.463	17,4
Receitas Financeiras.....	1.060	4,3	16.658	83,6
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	24.705	100,0	19.931	100,0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	24.705	100,0	19.931	100,0
8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	292	1,2	5.627	28,2
Federais.....	292	1,2	5.626	28,2
Estaduais.....	-	-	1	-
8.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros..	-	-	-	-
8.3) Remuneração de Capitais Próprios	24.413	98,8	14.304	71,8
Dividendos.....	231	0,9	13.589	68,2
Lucros Retidos.....	24.182	97,9	715	3,6

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Miramar Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Miramar Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2012.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

A Companhia não apresenta demonstrações contábeis consolidadas conforme previsto no CPC 36, item 10.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado, no reconhecimento inicial; disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

I - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo no reconhecimento inicial.

II - Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociar no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas nas contas de "Receitas Financeiras".

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como empréstimos e adiantamentos à instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não empréstimos e recebíveis.

2.5) Passivos Financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

I - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

II - Passivos financeiros para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação".

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

b) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

2.7) Investimento em Controladas

São classificados como controladas as entidades as quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

1 - Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas são incluídos no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado
Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda por redução ao valor recuperável é revertida da demonstração do resultado.

2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes o UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

– Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

– Passivos Contingentes: é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

– Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.11) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.12) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, por provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração, o tipo de transação.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

2.13) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 23.719 (2010 - R\$ 3.463).

b) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro									
	Capital Social		Patrimônio Líquido Ajustado		Resultado Ajustado		Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no Capital Social - %	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	ON	PN	2011	2010
Andorra Holdings (1) (2)	120.628	466.238	51.573	147.807	-	45.9915	214.430	190.936	23.719	3.463
Ágio - Andorra Holdings (3)							79.537	79.537	-	-
Total							293.967	270.473	23.719	3.463

(1) Dados relativos a 31.12.2011;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis; e

(3) O ágio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da participação societária na Andorra Holdings S.A.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ordinárias	41.998.035	41.998.035
Total	41.998.035	41.998.035

b) Reserva de Capital

A reserva de capital é composta principalmente por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros, (ii) resgate, reembolso ou compra de ações, (iii) resgate de partes beneficiárias, (iv) incorporação ao capital social e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Reservas de Lucros	112.156	87.974
- Reserva Legal (1)	11.302	10.081
- Reserva Estatutária (2)	100.854	77.893

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2011 e 2010 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2011	% (1)	2010	% (1)
Lucro Líquido do Exercício	24.413		14.304	
Reserva Legal	(1.221)		(715)	
Base de Cálculo	23.192		13.589	
Dividendos complementares/provisionados	231		13.589	
Total dos Dividendos	231	1,0	13.589	100,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

9) RECEITAS FINANCEIRAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	605	445
Rendimento de Operações Compromissadas com Lastro em Debêntures	-	16.206
Juros Ativos	455	7
Total	1.060	16.658

10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Serviços de Terceiros	15	17
Editais e Publicações	59	104
Contribuição Sindical Patronal	38	35
Outras Gerais e Administrativas	-	4
Total	112	160

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Miramar Holdings S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Miramar Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, como parte integrante da Organização Bradesco, tem estrutura de gerenciamento de riscos que permite que estes sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração, quando necessário.

3.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

I - Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Determinados ativos, como, outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional (1)	11	12
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	11	12

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

6) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros no montante de R\$ 5.825 (2010 - R\$ 5.345). Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros para negociação, enquadradas no nível 1.

11) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas, vigentes nas datas das operações, estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	11	-	12	-
Operações compromissadas com Lastro em Debêntures				
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	16.206
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio a Receber:				
Andorra Holdings S.A.	225	-	176	-
Dividendos a Pagar:				
Banco Alvorada S.A.	(9.932)	-	(9.700)	-
Banco Bradesco BBI S.A.	(3.052)	-	(3.052)	-
Banco Bradesco S.A.	(3.059)	-	(3.059)	-
Banco Bradesco C.V.T.M.	(9.090)	-	(9.090)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	24.666	19.895
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(8.386)	(6.764)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	8.064	1.177
Despesas e provisões indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	28	(28)
Outros	41	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(253)	(5.591)

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 4.373 (2010 - R\$ 3.966) referem-se a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda de exercícios anteriores.

c) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 87 (2010 - R\$ 15), referem-se à Contribuição Social de R\$ 6 (2010 - R\$ 5) e Imposto de Renda de R\$ 81 (2010 - R\$ 10).

13) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Devido às características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.

b) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

c) A empresa, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

A DIRETORIA

Daniel José Liberati – Contador – CRC 1SP178435/O-6

ACREDITAMOS QUE A EVIDÊNCIA DE AUDITORIA OBTIDA É SUFICIENTE E ADEQUADA PARA FUNDAMENTAR NOSSA OPINIÃO.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Miramar Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de janeiro de 2011, que não conteve qualquer modificação.

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato

Contador CRC 1SP160769/O-0

São Paulo, 15 de fevereiro de 2012

André Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ASSOCIACAO DESPORTIVA CLASSISTA FINASA	2
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	7
JAPIRA HOLDINGS S.A.	5
MIRAMAR HOLDINGS S.A.	3



Volume 122 • Número 33

Página 4

São Paulo, sexta-feira, 17 de fevereiro de 2012

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Imprensa Oficial

Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo

CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

documento assinado digitalmente

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, 15 de fevereiro de 2012
Diretoria

Table with columns: ATIVO, BALANÇO PATRIMÔNIO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO. Rows include Circulante, Não Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, etc.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Receitas Operacionais, Despesas Operacionais, Resultado antes da tributação sobre o lucro, Imposto de Renda e Contribuição Social, Lucro Líquido do Exercício.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos, Fluxo de Caixa das Atividades Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Table with columns: Eventos, Capital Social, Reservas de Lucros, Lucros Acumulados, Totais. Rows include Saldos em 31.12.2009, Aumento do Capital Social por Subscrição, Saldos em 31.12.2010, Saldos em 31.12.2011.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Table with columns: Descrição, Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010, %. Rows include 1-RECEITAS, 2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS, 3-VALOR ADICIONADO BRUTO, etc.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) INFORMAÇÕES GERAIS
A Miramar Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como colista ou acionista.
2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As principais políticas contábeis aplicadas nas demonstrações contábeis estão definidas a seguir.
2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
A Companhia utiliza o método de custo histórico para a mensuração dos ativos e passivos.
2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação
O lucro líquido é mensurado e apresentado em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.
2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
2.4) Ativos Financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio do resultado, o reconhecimento inicial, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.
2.5) Passivos Financeiros
A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado.
2.6) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço.
2.7) Investimento em Controlada
São classificadas como controladas as entidades as quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.
2.8) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros
Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado.
3) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia, como parte integrante da Organização Bradesco, tem estrutura de gerenciamento de riscos que permite que estes sejam efetivamente gerenciados e mensurados.
3.1) Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações em nível 1.

Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda
A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.
2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
A Companhia avalia o mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.
3) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia, como parte integrante da Organização Bradesco, tem estrutura de gerenciamento de riscos que permite que estes sejam efetivamente gerenciados e mensurados.
3.1) Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações em nível 1.



Table with columns: 2011, 2010. Rows include Disponibilidades em moeda nacional (1), 2-Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros, 3) GERENCIAMENTO DE RISCOS.

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 23.719 (2010 - R\$ 3.463).

b) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Patrimônio Líquido		Resultado Ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no Capital Social - %	Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (2)	
	Capital Social	Ajustado		ON	PN		2011	2010	2011	2010
	Andorra Holdings (1) (2)	120.628		466.238	51.573		147.807	-	45,9915	214.430
Agio - Andorra Holdings (3)	-	-	-	-	-	-	79.537	79.537	-	-
Total							293.967	270.473	23.719	3.463

(1) Dados relativos a 31.12.2011;
(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis; e
(3) O ágio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da participação societária na Andorra Holdings S.A.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ordinárias	41.998.035	41.998.035
Total	41.998.035	41.998.035

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Reserva Legal (1)	112.156	87.874
Reserva Estatutária (2)	11.302	10.081
(1) Constituída obrigatoriamente a base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e	100.854	77.893
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.	-	-
Total	123.458	97.958

d) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberou sobre a destinação do resultado do exercício.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Lucro Líquido do Exercício	24.413	14.304
Reserva Legal	(1.221)	(715)
Base de Cálculo	23.192	13.589
Dividendos complementares/provisionados	231	13.589
Total dos Dividendos	231	13.589

9) RECEITAS FINANCEIRAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimento Financeiros	605	445
Rendimento de Operações Compromissadas com Lastro em Debêntures	-	16.206
Juros Ativos	455	7
Total	1.060	16.658

10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Serviços de Terceiros	15	17
Edições e Publicações	59	104
Contribuição Sindical Patronal	38	35
Outras Gerais e Administrativas	112	160
Total	224	316

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Miramar Holdings S.A. Osasco - SP
Examinamos as demonstrações contábeis da Miramar Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

11) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas, vigentes nas datas das operações, estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Caixa e Equivalentes de Caixa:		
Banco Bradesco S.A.	11	12
Operações compromissadas com Lastro em Debêntures		
Banco Bradesco S.A.	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio a Receber:		
Andorra Holdings S.A.	225	176
Dividendos a Pagar	-	-
Banco Avonora S.A.	(9.932)	(9.700)
Banco Bradesco BBI S.A.	(3.052)	(3.052)
Banco Bradesco S.A.	(3.059)	(3.059)
Banco Bradesco CVT.M.	(9.000)	(9.000)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	24.666	19.895
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(8.386)	(6.754)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	8.064	1.177
Despesas e provídeos indeduzíveis liquidados das receitas não tributáveis	28	(28)
Outros	41	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(253)	(5.591)

b) Tributo a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 4.373 (2010 - R\$ 3.956) referem-se a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda de exercícios anteriores.

c) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 87 (2010 - R\$ 15), referem-se à Contribuição Social de R\$ 6 (2010 - R\$ 5) e Imposto de Renda de R\$ 81 (2010 - R\$ 10).

13) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Devido às características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.
b) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.
c) A empresa, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

A DIRETORIA

Daniel José Liberati - Contador - CRC 1SP178435/O-6



ONU CONDENA VIOLÊNCIA NA SÍRIA

Votação na Assembleia Geral recebe apoio do Brasil. Resolução pede que Assad deixe o poder.

Com apoio do Brasil, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou ontem uma resolução condenando violações dos direitos humanos na Síria. Ontem, a repressão das forças leais ao regime de Bashar al-Assad matou pelo menos 70 pessoas, segundo ativistas, e a onda de revolta se intensificou na região norte do país.

O relatório na ONU foi aprovado por 137 votos favoráveis, 12 contrários e 17 abstenções. A delegação brasileira votou a favor do documento.

Pouco antes da votação, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, pronunciou-se contra as mortes. "Todo dia o número (de mortos na Síria) sobe. Vemos bairros sendo bombardeados indiscriminadamente e hospitais sendo usados como centros de tortura."

Segundo estimativa da organização, mais de 5.400 pessoas morreram em 11 meses, e há milhares desaparecidos por se oporem ao regime sírio.

O texto aprovado pede que Assad transfira o poder ao vice, que seria responsável pela formação de um governo de união, pela convocação de eleições e pela permissão de acesso humanitário ao local.

A aprovação na assembleia tem força simbólica, já que as medidas propostas não são obrigatórias, mas denota pressão crescente sobre a Síria. Neste mês, os EUA fecharam sua embaixada no país.

O Brasil já votara na Assembleia Geral da ONU contra o regime de Assad, em novem-

bro de 2011, quando o órgão também havia se pronunciado condenando a morte de civis e outras violações.

Na semana passada, o chanceler brasileiro, Antonio Patriota, classificou a situação na Síria como "gravíssima" e "preocupante".

No início deste mês, o Conselho de Segurança (órgão decisório do organismo) votou documento em que apontava abusos. O relatório foi vetado por China e Rússia.

Segundo diplomatas, a condenação na Assembleia Geral era uma "mensagem forte" não só a Assad, mas aos países que ainda oferecem suporte ao regime. Além de China e Rússia, Venezuela e Coreia do Norte votaram contra a resolução.

Repressão - A violência na Síria tem se intensificado. Estimativas apontam que, só nos primeiros dias de fevereiro, mais de 400 pessoas morreram no cerco a Homs, cidade-símbolo de resistência ao regime. Segundo agências de notícias, também houve prisões de opositores. A bloqueira Razan Ghazawi foi detida, bem como o ativista Mazen Darwish e outros 12 opositores.

O governo da Síria prevê um referendo no dia 26 de fevereiro sobre uma nova Constituição para o país. A oposição, entretanto, defendeu um boicote à consulta e um aumento nos esforços para derrubar Assad. De acordo com os Comitês Locais de Coordenação, que organizam as manifestações, a nova Carta proposta por Assad não representa avanço democrático. (Agências)

LCC/AFP



Genas de violência: com o acesso restrito para jornalistas, opositores denunciam as ações do regime. Na cidade de Homs, carros são alvos...

LCC/AFP



... das tropas, que patrulham diversas cidades, incluindo Damasco...

Divulgação/Reuters



... enquanto oleodutos lançam fumaça preta após bombardeios.